

## **REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS E A ESCOLA INCLUSIVA.**

Talita Marques Mendes, Débora Cristina Jeffrey. - Educação – Licenciatura em Letras – Departamento de Educação - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Campus São José do Rio Preto.

Inúmeras são as discussões acerca das políticas educacionais vigentes no Brasil, especialmente no período pós 1990, as quais são orientadas pela lógica neoliberal e, mais recentemente, sobre as questões relacionadas à implantação da educação inclusiva no país, o que tem gerado grandes polêmicas, não só entre os profissionais de educação, mas também em meio à sociedade. Por este motivo, este trabalho tem como objetivo geral discutir as noções que norteiam as políticas educacionais nos últimos quinze anos; e como objetivo específico tratar das questões relacionadas à educação inclusiva. A metodologia de pesquisa deste trabalho consistiu em levantamento bibliográfico de textos sobre textos teóricos que tratam dos assuntos já mencionados e levantamento documental envolvendo documentos governamentais que regulamentam as políticas educacionais em nosso país.

As políticas educacionais instituídas, a partir de 1990, são herança da crise econômica que abalou o mundo a partir de 1970, crise esta que levou à perda do dinamismo econômico e colocou em questão o papel dominante do Estado nas economias capitalistas, ocasionando um abalo no nível de sua responsabilidade na implementação das políticas sociais. A partir disso, instala-se uma crise no Estado de Bem-Estar Social, a qual se agrava, ao longo da década de 1980, por diversos fatores.

Diante desse quadro de crise do Estado são formuladas propostas de redirecionamento do papel da máquina estatal, logo são delineados modelos que visam à eficiência do setor público. No Brasil, a implementação do modelo neoliberal teve início em 1990, com a posse de Fernando Collor de Mello. A implementação do neoliberalismo levou a adoção de um novo modelo de gestão estatal, o qual transpõe a lógica da gestão privada para a educação pública, onde a racionalidade, a diminuição de gastos, a eficiência, a eficácia e produtividade são metas a serem alcançadas.

Para alcançar tais metas, as reformas educacionais da década de 1990 instituem a polaridade centralização/descentralização, onde há uma centralização dos processos de controle e de avaliação do sistema; e, uma descentralização da gestão e do financiamento da educação.

A implementação de sistemas de avaliação visa à melhoria da qualidade de ensino através da divulgação de resultados e a indução de políticas educacionais, visto que quem controla e avalia passa a deter o poder de direcionar os sistemas educativos, pois para o ensino público ser considerado de qualidade ele precisa responder positivamente às avaliações as quais é submetido, como explicita Romualdo Portela de Oliveira em seu artigo Reformas educativas no Brasil na Década de 90:

Os processos de avaliação sistêmica têm ampliado sua influência nos últimos anos e se constituído em mecanismos eficientes de indução de políticas. Modificações na forma de avaliar têm gerado comportamentos adaptativos nos sistemas de ensino, de forma que os mecanismos de avaliação cumprem importante papel na sua “gestão” por “controle remoto” (OLIVEIRA, 2000, p.84).

Se a centralização torna-se sinônimo de avaliação, a descentralização está vinculada ao processo de municipalização e financiamento do sistema educacional. A descentralização da gestão do ensino foi outorgada pela primeira vez, ainda que de forma não muito precisa, pela Constituição de 1988 (CF 88), assim sendo, fez-se necessária à regulamentação deste sistema através de uma legislação complementar, neste caso a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) número 9.394 de 1996, a qual procura definir de maneira mais exata os deveres de cada um dos níveis de gestão administrativa.

De acordo com a LDB 9.394/96, a União se responsabilizará pela coordenação da política educacional, os estados e municípios serão responsáveis pela gestão direta do ensino e seus encargos, e a responsabilidade pela oferta de educação básica fica a cargo de estado e municípios. Essa medida tem como objetivos desobrigar o governo federal de gastar com o ensino fundamental utilizando recursos orçamentários, aumentar a responsabilidade das demais esferas administrativas e passar a imagem de um governo que prioriza nível de ensino básico.

Além disso, podemos observar neste período, segundo Oliveira (2000), que a busca de uma regularização do fluxo no Ensino Fundamental, o qual constitui o nível básico e obrigatório da

educação, é impulsionado tanto por uma perspectiva democratizadora, quanto por uma economia de recursos. Essa regularização, ainda de acordo com o autor acima referido, fará com que em poucos anos todos tenham oito anos de escolarização, porém nem todos terão acesso ao mesmo nível de conhecimento e poderão dar continuidade aos seus estudos, acentuando, ainda mais a desigualdade educacional existente no país.

Compreender esta desigualdade, perpassa pela discussão das políticas educacionais, analisando os processos de Integração e Inclusão, que atualmente vem sendo destacadas nas ações, projetos e programas educacionais de diversos governos.

Primeiramente, considero importante esclarecer as diferenças entre os processos de Integração e de Inclusão, visto que muitos acreditam que Integração é sinônimo de Inclusão.

O processo de Integração pode se dar tanto através da inserção de alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) na rede regular de ensino como através do agrupamento destes alunos em escolas especiais ou em salas especiais que funcionem em escolas regulares. Porém, nem todos os alunos PNEE “cabem” nas classes de ensino regular, já que no processo de Integração há uma seleção dos alunos que estão aptos a inserção na escola regular, logo nem todos os alunos deficientes ou com “problemas” de aprendizagem são aceitos no ensino regular.

Para estes alunos que não estão aptos a frequentar o ensino regular, o processo de Integração prevê atendimento em escolas especiais, salas de recurso, classes especiais em escolas regulares, ensino domiciliar. Logo, “trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.” (MANTOAN, 2003,p.33)

Já o processo de Inclusão tem como objetivo incluir todos os alunos no ensino regular, não só alguns como pretende a Integração. Nesta perspectiva, as escolas inclusivas devem estar aptas a atender as necessidades de todos os alunos, sendo eles portadores de necessidades educacionais especiais ou não. Assim sendo, a Inclusão se opõe não só à subdivisão do ensino em educação regular e em educação especial, mas também ao processo de Integração sendo incompatível com este, já que prevê a inserção de todos os alunos na rede regular de ensino.

Tendo em vista que a maioria dos alunos das classes especiais é constituída pelos que não conseguem acompanhar suas turmas, os indisciplinados, os filhos de lares pobres, negros, isto graças ao caráter dúbio deste tipo de ensino, caráter este que é acentuado pela imprecisão dos textos legais referentes ao assunto, é visível que a Inclusão tem como objetivo incluir não só os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, mas também todos os demais alunos que estão excluídos da rede regular de ensino.

Mas que motivos temos para apoiar a Inclusão? Em primeiro lugar, devemos apoiar a Inclusão porque incluir é reconhecer que somos um, embora não sejamos iguais. O ato de inclusão significa lutar contra a exclusão e todos os estigmas sociais que a acompanham. Na perspectiva da Inclusão a educação deve ser plural e democrática, fazendo com que os alunos da escola inclusiva não tenham uma identidade fixada em modelos. Além disso, o processo de Inclusão é extremamente importante porque através dele podemos vivenciar a riqueza da diversidade humana.

Um outro motivo para se empreender a Inclusão é o fato de a Constituição Federal de 1988 prever o atendimento de pessoas portadoras de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. A CF88, ao não fazer especificações ou objeções, garante a todos os cidadãos o direito à educação, logo todas as escolas devem atender a todos sem que haja restrições, pois o objetivo da educação é atingir ao pleno desenvolvimento humano e ao desenvolvimento de uma cidadania, não podendo, por este motivo, ser desenvolvida em ambientes segregados.

Entretanto, em 1996, a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional gera diversas controvérsias em relação a este assunto. Enquanto a Constituição prevê a possibilidade de atendimento educacional especializado fora da rede regular de ensino apenas como um complemento que ofereça instrumentos de acesso à educação, a LDB prevê a possibilidade de substituição da educação regular pela educação especial.

Em 1999, surge uma nova legislação, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, a qual foi promulgada em 2001 e evidencia a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência.

Uma vez que as escolas se orientam por uma organização extremamente rígida do ensino, organização esta que prevê uma educação seriada, com currículo estruturado por disciplinas e que se pauta na transmissão e na reprodução de conhecimentos, pode-se dizer que o impacto da Inclusão seria

imenso. A organização educacional das escolas deve ser mudada para que estas passem a receber todos os alunos, os quais:

[...] são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados, representam diferentes segmentos sociais, produzem e ampliam conhecimentos e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam (MANTOAN, 2003,p.50).

Além disso, a Inclusão se faz necessária porque, como elucida Mantoan (2003) para muitas crianças a escola é o único espaço de acesso ao conhecimento, e é o único lugar que proporciona o desenvolvimento de uma cidadania.

A princípio devemos ter em mente que incluir não significa apenas matricular alunos portadores de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino ou inseri-lo em uma escola ou classe especial. Levando em consideração o fato de que a educação inclusiva se pauta no respeito à diversidade, faz-se necessário que sejam observadas as necessidades de cada um, já que cada aluno é um caso, assim como cada escola é um caso, sem que haja a expectativa de alunos ou escolas ideais. E ainda, para que as escolas sejam realmente inclusivas faz-se necessário reorganizar pedagogicamente as escolas, ensinar a turma sem exceções e recriar o modelo educativo.

Reorganizar pedagogicamente a escola consiste em rever e modificar, com base no projeto político- pedagógico de cada unidade escolar, os currículos, a formação das turmas e as práticas de ensino e avaliação. Uma outra meta a ser alcançada é a reorganização administrativa, a qual faria com que a atuação de professores, coordenadores e diretores perdesse o caráter controlador e voltasse a ter seu caráter pedagógico e, através da descentralização, promoveria maior autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Para ensinar a turma toda, os professores devem partir do pressuposto de que todo aluno sabe alguma coisa e cada um aprende a seu tempo e a sua maneira. Os professores devem adotar uma pedagogia ativa, interativa, integradora, deixando de adotar uma visão hierárquica e transmissiva do saber.

Para que tudo o que foi mencionado anteriormente e, diante das evidências configuradas após o desenvolvimento da pesquisa, entende-se que se faz necessário Recriar o Modelo Educativo. Para isso, as escolas devem contestar e não adotar o que tradicionalmente se usa para dar conta das diferenças, como por exemplo: fazer adaptações de currículos, facilitar atividades e utilizar programas para reforçar aprendizagens ou acelerá-las. Aqui o que vale é o que os alunos são capazes de aprender e o que podemos oferecer para que estes se desenvolvam em um ambiente realmente estimulador, pratica-se a pedagogia da criação, da descoberta e da participação da produção de conhecimento.

## Referência Bibliográfica

BRASIL/ MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

ENGUITA, M. F. O Discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P; SILVA, T. T. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*\_São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, R. P. Reformas Educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, A. M; OLIVEIRA, R. P. (Org.). *Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 77-94, 2000.